

Perspectivas dos jovens sobre a família e o casamento – notas críticas *

1. A actualidade e novidade do *Inquérito IED aos Valores e Atitudes dos Jovens* no panorama científico português e o riquíssimo banco de dados que através dele se constituiu justificam, por si só, a atenção e o interesse que ele deve merecer por parte daqueles que estudam a «condição juvenil». A reflexão sobre as informações que ele contém, a crítica das limitações (teóricas e metodológicas) que encerra, apontam-nos novas hipóteses e pistas de trabalho. Nessa crítica e construção encontramos, afinal, o móbil que nos reúne: o desafio da investigação e o risco do conhecimento.

2. O comentário crítico que aqui apresentamos recai fundamentalmente sobre um dos capítulos (o cap. 2) do *Relatório XIII*¹, elaborado a partir do *Inquérito IED aos Valores e Atitudes dos Jovens Portugueses*².

Nesse capítulo aprofundam-se «resultados globais» caracterizando o «jovem médio» nas suas atitudes, mais ou menos positivas, relativamente à família (é o caso do quadro n.º 1) ou à institucionalização da relação conjugal (ver quadro n.º 2).

ATITUDE EM RELAÇÃO À FAMÍLIA

PERGUNTA: «Agradecia que me dissesse em que medida concorda com ou discorda de cada uma destas frases que se costumam ouvir em relação à família...»

* O texto agora publicado é uma versão escrita do comentário apresentado, a convite do IED, no seminário que este Instituto organizou, em 11 de Dezembro de 1985, sobre «A Comunicação na Família e Projectos de Vida: Procura de Identidade Pessoal e Social dos Jovens» – Relatório preliminar redigido por Fernanda Barros e Helena Barão. Ao IED, e muito particularmente à Dr.ª Fernanda Barros, agradecemos a oportunidade que nos deu de participar activamente nos trabalhos do seminário e nos debates que ele suscitou.

¹ F. Barros e H. Barão, *A Comunicação na Família e Projectos de Vida: Procura de Identidade Social e Pessoal dos Jovens – Relatório Preliminar*, Lisboa, IED, 1985. O cap. 2 tem como título: «Perspectivas dos jovens sobre a família e o casamento.»

² *Inquérito IED – Valores e Atitudes dos Jovens*, Lisboa, IED, 1983. O universo deste estudo é constituído pelo conjunto de jovens de 15 a 24 anos residentes no continente português e habitando localidades de mais de 100 habitantes. A sondagem propriamente dita foi realizada nos meses de Março-Abril de 1983.

Resultados globais

[QUADRO N.º 1]

Conceito de família	Concordam (percentagem)
Um grupo de pessoas que se ajudam umas às outras em todas as circunstâncias	67,5
Indispensável para a nossa segurança afectiva	59,1
Importante para encontrar raízes	58,9
Preparação para a vida	51,9
Segurança económica	49,0
Formação da personalidade	46,2
Causa de problemas sociais e morais	24,3
Fonte de conflitos	18,0
Substituível por um grupo de amigos	15,2
Lugar de opressão pessoal	12,6
Fachada social	7,2
Total (números absolutos)	1664

Fonte: F. Barros e H. Barão, *A Comunicação na Família e Projectos de Vida: Procura da Identidade Pessoal e Social dos Jovens*, Lisboa, IED, 1985, p. 91.

ATITUDE EM RELAÇÃO AO CASAMENTO

PERGUNTA: «Gostava que me dissesse se pensa vir a casar-se pelo civil, pela Igreja, ou se pensa vir a realizar com um companheiro uma união livre, sem contrato legal ou religioso algum.»

Resultados globais

[QUADRO N.º 2]

Atitudes	Concordam (percentagem)
Casamento civil	18,5
Casamento pela Igreja	63,7
União livre	10,5

Fonte: F. Barros e H. Barão, *op. cit.*, p. 102.

Falamos em resultados «aprofundados» na medida em que no referido relatório se combinam essas duas atitudes globais em relação à família, com variáveis estratégicas de três tipos: as de «caracterização pessoal», como a filiação ou a prática religiosa, a opção política, a situação em relação ao trabalho, a atitude em relação à sexualidade, o grau de intervenção social do jovem; variáveis mais especificamente demográficas, como o sexo ou a idade; finalmente, aquelas de acentuado cariz sociológico, como o estrato socioeconómico, a região do País em que o jovem reside, o tipo de *habitat* (rural/urbano) que a caracteriza.

Através dos cruzamentos de tais variáveis desfaz-se a imagem fictícia do «jovem médio» para surgirem, com mais fidelidade e realidade, grupos distintos e heterogéneos no interior dessa primeira categoria constituída. Passamos a dispor de uma galeria de retratos de atitudes dos jovens perante a família, na

sua diversidade e heterogeneidade, o que não deixa de ser estimulante para a construção de novas hipóteses de investigação ou sugestão de outras pistas de trabalho.

3. Desenvolveremos o nosso comentário em volta de dois conjuntos principais de problemas com que a leitura do relatório e do inquérito nos confrontou: em primeiro lugar, as questões que respeitam ao *método* e à *técnica* de recolha de dados por que se optou nesta investigação (3.1); depois, as questões que têm directamente a ver com o *conteúdo* das *informações* que o Inquérito nos fornece (3.2).

3.1 Os rigorosos do método costumam sustentar que o ponto de vista (teórico) cria o objecto. Quer isso dizer que é próprio do conhecimento científico construir uma realidade a partir de uma *teoria*. A essa teoria, em que o investigador produz um discurso sobre a realidade, servindo-se de instrumentos que são os conceitos e de relações entre esses conceitos através dos quais interroga a realidade, cola-se indissociavelmente um *método*; ou seja, depois de problematizar a realidade, o investigador opta por uma maneira de caminhar até ela, escolhe uma maneira de a captar. É precisamente em função da teoria e do método que se seleccionam *técnicas* de recolha de dados da realidade.

Um inquérito (exemplo, entre muitos outros, de uma dessas técnicas de recolha de material empírico) surge assim no termo (e não no princípio) de uma cadeia lógica constituída por uma teoria, um método, uma técnica. Não é um ponto de partida ou uma peça isolada, arbitrariamente manipulada por curiosos; constitui antes parte integrante dessa cadeia lógica de etapas indissociáveis. Será totalmente ilusório pensar, à boa maneira positivista, que «os dados falam por si».

A primeira grande objecção geral que o inquérito nos suscitou respeita precisamente a estas questões: não nos sentimos satisfatoriamente esclarecidos sobre os problemas e as questões teóricas que orientaram esta sondagem às atitudes dos jovens portugueses dos anos 80. Com um acentuado pendor descritivo, ela parece descurar o pano de fundo teórico a que se associam, afinal, as «evidências» empíricas recenseadas. No caso mais particular dos resultados do Relatório sobre a Família ficámos sem conhecer as perguntas teóricas a que os dados respondem, as questões a partir das quais eles ganham sentido e se interpretam.

Uma segunda objecção geral tem a ver com a relação que neste projecto se estabelece entre o seu objectivo enunciado – sondar atitudes – e a natureza do instrumento – a técnica – por que se optou para o fazer.

O inquérito relizado, de grelha fechada, procura sondar, designadamente, atitudes dos jovens perante um objecto – a família. Como qualquer outro inquérito, sonda a realidade à sua superfície e na sua camada mais exterior. As atitudes são então deduzidas das frequências obtidas pelas respostas-tipo preestabelecidas³ e depois quantificadas em termos do seu peso relativo. Ora,

³ Não ao acaso, como é óbvio. As grelhas de respostas-tipo foram estipuladas através de um «pré-inquérito» que consistiu na realização de entrevistas em profundidade e discussões de grupo com jovens de ambos os sexos, de diferentes regiões do País e com diferentes inserções escolar, profissional e social. A análise de conteúdo desse material recolhido permitiu a elaboração de uma primeira versão do questionário, pré-testado posteriormente numa amostra de jovens.

constituindo a atitude uma componente interna do comportamento, envolvendo essa dimensão complexa dos significados que orientam a acção dos indivíduos, como conciliar a necessidade de a *compreender* com a intenção de *medição* objectiva implicada num inquérito?

Por último, e ainda neste capítulo do método, gostaríamos de assinalar um terceiro grupo de questões respeitantes ao *objecto* dessas atitudes e valores juvenis. Afirma-se explicitamente que se procuram «opiniões», «atitudes» perante «a família». Todavia, em parte alguma do inquérito se esclarece qual o sentido exacto atribuído a esse objecto, apresentando-se este ao entrevistado numa perigosa ambiguidade que não deixou certamente de se repercutir nas respostas fornecidas. Senão, vejamos.

Não sabemos, por exemplo, se os autores do questionário se referiam, pela palavra «família», a uma *realidade concreta*: a família particular e única do jovem entrevistado, com uma dada organização material e afectiva, caracterizada por determinadas trocas de papéis e funções entre os seus membros; se, pelo contrário, a «família» é entendida como um *ideal abstracto*, isto é, como modelo idealizado do qual o jovem se tentaria aproximar, ideal esse eventualmente distante da família real a que pertence; ou ainda, num terceiro sentido, se se entendia «a família» tal como é *dita* pelo *senso comum*, ou seja, a família dos outros em geral, provavelmente diferente da família concreta de cada um e até do ideal com que ela é representada. O balanço indeciso entre estes três possíveis significados, traduzido numa séria ambiguidade nunca claramente dissipada, constitui, a nosso ver, um importante obstáculo à validade dos resultados do inquérito.

3.2 Depois de sumariamente enunciadas algumas questões de foro metodológico, gostaríamos de desenvolver neste ponto outro tipo de reflexões que se prendem directamente com as informações fornecidas pelo inquérito, isto é, com o retrato que através dele se obtém sobre as atitudes dos jovens portugueses.

E começaremos por referir, em tom de confissão, o incómodo sentimento de perplexidade que nos tem vindo a provocar a familiaridade com este objecto sociológico, os JOVENS, e muito particularmente, até pela sua crescente popularidade na sociologia e nas ciências humanas portuguesas, os jovens portugueses.

É já um princípio consagrado na literatura especializada a ideia de que «os jovens» não constituem uma mera categoria de idade, definida a partir de critérios estritamente biológicos ou naturais⁴; os jovens surgem, pelo contrário, como uma realidade relativa a um tempo histórico e a um particular tipo social. São um produto das sociedades industrializadas e escolarizadas, nas quais se conjugam dois movimentos: o da especialização tecnológica, por um lado, que obriga a um prolongamento e aperfeiçoamento qualitativo da aprendizagem do indivíduo, realizada em instituições escolares fora dos pais e das famílias; o progresso económico e o bem-estar material conseguidos nestas sociedades possibilitam, por outro lado, a libertação de mão-de-obra infantil e juvenil para a escola, mão-de-obra essa que nas sociedades tradicionais se encontrava envolvida nas actividades de produção familiares. Verifica-se, historicamente, a

⁴ Embora se note também nas investigações publicadas, e um pouco contraditoriamente, um exclusivo recurso ao indicador «idade» para a operacionalização do conceito de população juvenil.

presença nova deste grupo social JOVENS nas nossas sociedades e acentua-se, sociologicamente, a necessidade de uma divisão etária do trabalho⁵.

Ao mesmo tempo, todavia, assinala-se o contraste, e este contraste no caso português é particularmente vincado, entre aquilo que a sociedade dá como *imagem* dos jovens e a *condição social* que afinal lhe corresponde. Temos, por um lado, uma *imagem* distinta, coerente, una, de contornos bem definidos, veiculada nomeadamente através dos *mass media*, através da qual passa a ideia de um grupo social homogéneo e partilhando um modo de vida e uma maneira de pensar; verifica-se, ao invés, e do ponto de vista da sua *realidade* material, a irredutível heterogeneidade da condição social da juventude – onde se vêm imprimir de forma clara profundas clivagens sociais (entre o jovem que trabalha e aquele que estuda, entre o filho do médico e o filho do operário, entre o jovem da grande cidade e o da pequena aldeia do interior, para só referir exemplos extremos). Ora a dúvida que levantamos é a seguinte: se essa heterogeneidade da condição juvenil é tão marcante, se as variações reais dentro desse grupo são tão acentuadas, como se consegue manter a hipótese (e comprová-la) de que os jovens constituem um objecto de análise autónomo? Ou seja, não será que, do ponto de vista da sua realidade material, o objecto jovem se dilui afinal noutros objectos, esses sim pertinentes para a análise sociológica?

Deixando as dúvidas para trás, convém, no entanto, não minimizar algumas interessantes informações actuais que o inquérito nos fornece sobre as atitudes perante a família desse grupo de indivíduos portugueses cuja idade se situa entre os 15 e os 24 anos.

Para já, e como primeira grande verificação que dele se pode retirar, a qual não deixou de parecer paradoxal e surpreendente a alguns, o fraquíssimo impacte dos valores de contestação à instituição família junto destes jovens da década de 80. Poderá este facto significar duas coisas: a imagem duma geração pacata, conciliadora e convencional é o resultado da deficiente orientação das perguntas do inquérito, incapazes de captar a especificidade da presente condição juvenil, abusivamente problematizada pelos autores em função de valores e experiências próprias de uma outra geração; mesmo aceitando uma margem de erro, os dados revelam, apesar de tudo, um consenso fortíssimo dos jovens portugueses em volta da família como local de *segurança afectiva*.

Nota-se, de facto, uma valorização clara das características expressivas da família, como se ela se regesse exclusivamente por uma lógica de sentimento, apagando-se as suas dimensões mais instrumentais. Reencontra-se, de alguma maneira, a ideia moderna de família, cujos traços principais aparecem reunidos pela primeira vez, em meados do século XVIII, em classes económica e culturalmente favorecidas de meios urbanos europeus. Dentro desses traços destacáramos alguns que agora se manifestam através do inquérito.

Em primeiro lugar, a *privatização* dos comportamentos familiares e a importância da noção de *vida doméstica*, fora do controlo da esfera pública representada pela vizinhança ou pela rede alargada de parentesco. Depois, o princípio de que é o *sentimento* que funda a instituição, quer dizer, a ideia de que a família é um lugar de afeição necessária entre marido e mulher, pais e filhos ou irmãos; no caso destes jovens portugueses, o sentimento familiar é aliás entendido como devendo ser vivido dentro do casamento e até, na maioria dos casos, de um casamento religioso – apenas 10,5 % dos jovens interrogados se manifes-

⁵ Ver, a este propósito, M. Braga da Cruz e outros, «A condição social da juventude portuguesa», in *Análise Social*, vol. xx, 1984, pp. 285-307.

tam pela união livre (cf. quadro n.º 2) e, daqueles que já vivem em relação conjugal, só 0,5% optou de facto pela coabitação⁶. Finalmente, estas características fazem-se acompanhar, sobretudo em «meios urbanos», nos estratos socioeconómicos «altos» e entre «estudantes», da importância da família como local quase exclusivo de *sociabilidade*, lazer e convivência, o que revela bem a centralidade da família nuclear nos projectos de vida e no quotidiano de uma extensa camada de jovens. Ora a procura mais intensa da família como núcleo de sociabilidade manifesta-se precisamente em zonas sociais onde é patente a ausência de locais ou instituições alternativas à vida familiar e em que a família se tem mostrado mais vulnerável – nas grandes cidades onde a família dos «adultos» enfrenta hoje desafios e crises⁷ que não deixarão certamente de marcar a geração juvenil.

Uma outra conclusão que se retira dos resultados do inquérito é a do fraco impacto das variáveis estritamente demográficas (p. ex., o sexo, a idade) ou de caracterização pessoal (p. ex., grau de intervenção social, situação em relação ao trabalho) na produção de respostas díspares entre a população juvenil. No que respeita às variáveis demográficas, essa situação de relativa homogeneidade de respostas terá provavelmente a ver com o facto de se ter sondado o nível dos valores e atitudes, e não o das práticas concretas. Se estas tivessem sido contempladas, certamente que as disparidades, e designadamente as que separam os sexos, tinham surgido – como acontece, aliás, e de forma extremamente reveladora, em outros capítulos do inquérito.

Basta apontar um exemplo, retirado dos dados globais contidos no inquérito geral⁸, no capítulo «Papéis e poderes nos casais jovens»; é fácil concluir como se está longe de uma família de «dupla carreira» – se as decisões são tomadas a dois, o trabalho doméstico continua a ser uma tarefa predominantemente feminina. Quer dizer que, apesar de a proximidade de valores parecer de facto sugerir a existência de uma «cultura jovem», a franca disparidade das práticas põe-nos perante a questão da sua relatividade.

Em compensação, nota-se uma forte pertinência das variáveis sociológicas na explicação das variações das respostas individuais. As atitudes dos jovens perante a família e o casamento são profundamente marcadas pelas *clivagens sociais* e pelas *assimetrias regionais*, o que aliás tem um paralelo evidente com características dos comportamentos familiares dos Portugueses em geral, ao nível do País.

Eis alguns dos exemplos mais sugestivos desse impacto das *clivagens sociais* na demarcação de atitudes entre os jovens:

- a) A maior insistência entre os *meios altos*⁹ na centralidade da família como local de sociabilidade e no seu papel positivo de unidade afectiva;

⁶ É curioso notar-se a distância que os separa dos seus pares da Europa central, onde a coabitação juvenil, a recusa da institucionalização da relação conjugal e as uniões de facto prolongadas (reforçadas, até, pelo nascimento de filhos) se tornam realidades cada vez mais comuns.

⁷ Desafios que têm a ver com a alteração de papéis familiares e profissionais dos pais, a forte incidência de condutas de ruptura voluntária do casamento, a modificação rápida das estratégias de fecundidade.

⁸ *Inquérito IED – Valores e Atitudes dos Jovens* (estudo preliminar), Lisboa, IED, 1983, pp. 74-75.

⁹ Os autores do inquérito optam, infelizmente, em algumas das suas secções, e nomeadamente na p. 93, pela classificação dos jovens em estratos socioeconómicos «alto e médio alto», «médio», «baixo» – classificação tanto mais empobrecedora e absurda

nos meios baixos¹⁰, pelo contrário, nota-se uma visão mais crítica da família, considerando-se com mais frequência que ela é «fonte de conflitos», «lugar de opressão pessoal», «uma fachada social sem sentido» e mais facilmente «substituível por um grupo de amigos»¹¹. Seria interessante confirmar, em investigações futuras, até que ponto haverá, nos meios economicamente mais abastados, uma maior continuidade cultural entre gerações (como parece poder concluir-se destes resultados), por oposição aos meios mais desfavorecidos, onde será maior o fosso de valores entre pais e filhos – os primeiros com uma ideia e uma prática tradicionais da família, na qual inevitavelmente sobressai a sua dimensão instrumental como rede de trabalho, e os outros já socializados na cultura jovem dominante e iniciados nos valores modernos da família das sociedades de abundância;

- b) A *profissão da mãe*¹² surge igualmente como uma importante variável na discriminação de atitudes juvenis diversas perante a institucionalização da relação conjugal. Nota-se uma nítida clivagem¹³ entre filhos de mulheres que trabalham fora de casa (p. ex., proprietárias/quadros, empregadas de comércio/escritório) e os filhos das domésticas, bem mais conservadores e tradicionalistas. São de facto os jovens cujas mães pertencem a uma camada tipicamente urbana, detentora de um certo capital cultural, empregadas no sector terciário, aqueles que mais valorizam a união livre e se mostram menos a favor do casamento pela Igreja. Tais resultados fazem-nos pensar que este meio constituirá uma região social particularmente exposta à mudança de valores familiares¹⁴;
- c) A *profissão do pai* constitui igualmente uma variável estratégica. Limitaremos, porém, o nosso comentário às respostas de dois grupos de jovens particularmente significativos: os filhos de «operários» e, no outro extremo da hierarquia social, os filhos de «quadros e proprietários»¹⁵.

Os resultados obtidos são, curiosamente, algo paradoxais em relação a um certo marxismo ortodoxo ou às clássicas teses engelianas do século passado sobre o carácter revolucionário da família operária. É precisamente na camada operária que surgem mais vinculados os valores tradicionais e intencionais ligados à família; é nela que os jovens recusam com mais força a união livre e se mostram mais a favor (depois dos «assalariados agrícolas») do casamento pela Igreja. Pelo contrário, são os filhos dos «proprietários» e dos «quadros» que manifestam uma maior abertura em relação a comportamentos familiares laicos e à possibilidade de se viver uma relação conjugal fora da instituição. Esta população juvenil, fortemente escolarizada, constituirá provavelmente, à seme-

quanto o questionário continha dados sobre a profissão, instrução e vencimento do pai, a profissão, instrução e vencimento da mãe, bem como ainda sobre o «volume do rendimento familiar».

¹⁰ Ver nota anterior.

¹¹ Cf. F. Barros e H. Barão, *op. cit.*, p. 93.

¹² Apraz-nos verificar a atenção que neste Inquérito se presta à variável constituída pelo «estatuto profissional da mulher», sistematicamente esquecida na investigação corrente ou automaticamente derivada da do marido.

¹³ F. Barros e H. Barão, *op. cit.*, p. 104.

¹⁴ Como, aliás, tem vindo a ser demonstrado em outros países da Europa da CEE.

¹⁵ F. Barros e H. Barão, *op. cit.*, p. 105.

lhança dos filhos de mulheres empregadas e de escritórios, uma outra região social de mudança, no que toca a valores e práticas familiares.

Não são, porém, apenas as clivagens sociais as únicas que devem reter a nossa atenção. As assimetrias entre regiões do continente português, e nomeadamente aquelas que se organizam em torno das dicotomias Norte/Sul e litoral/interior, não deixam de marcar profundamente a diversidade de respostas e, por isso, as atitudes dos jovens inquiridos. Verificam-se, designadamente, contrastes marcantes entre:

- a) Os jovens do *Norte interior* e os jovens do *Sul interior* (aos quais se associam os do *Algarve*)¹⁶. É neste último grupo que se encontram as atitudes mais radicais: não só de contestação à instituição familiar, mas também os de maior exigência relativamente à família – ela deve ser um «local de ajuda mútua» e de «segurança afectiva», um factor importante «para encontrar raízes» e de «preparação para a vida»; essas atitudes contrastam com a maior indiferença, moderação e distância reveladas pelos jovens do Norte perante o mesmo objecto;
- b) Os jovens que habitam as duas maiores cidades portuguesas, núcleos que partilharam (diferentes) experiências de industrialização. Referimo-nos aos jovens da *Grande Lisboa* (alinhando com todo o Sul litoral) e aos do *Grande Porto* (coligado com o Norte rural interior). É entre os primeiros que se notam com mais vigor valores de contestação e crítica em relação à família¹⁷ e uma maior facilidade de aceitação da «união livre» e do «casamento civil»¹⁸; nos outros, pelo contrário, revela-se um maior peso dos valores familiares tradicionais e um acentuado apego à dimensão institucional da família. Tal como acontece ao nível dos comportamentos familiares dos Portugueses em geral, o inquérito sugere que é por Lisboa e pelo Sul litoral que penetra a mudança em Portugal, enquanto o Porto, com todo o Norte interior, constitui a memória ou a reserva das estratégias familiares tradicionais¹⁹.

Janeiro, 1986.

¹⁶ F. Barros e H. Barão, *op. cit.*, p. 94.

¹⁷ Id., *ibid.*, mesma página.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 106.

¹⁹ Consulte-se, para aprofundamento desta tese, A. Nunes de Almeida, *Comportamentos Demográficos e Estratégias Familiares no Continente Português, 1900-1970*, «Cadernos ICS», n.º 10, Lisboa, ICS, 1984.